

CAMPANHA SALARIAL: um convite à mobilização

As negociações com o governo federal começaram; uma pauta conjunta já foi apresentada pelas entidades sindicais nacionais dos serviços públicos federais; porém a avaliação é de que só haverá avanços com envolvimento e mobilização da categoria

A Mesa Nacional de Negociação Permanente, que reúne representantes dos servidores e servidoras e do governo federal, foi retomada com a assinatura de protocolo de objetivos e regimento interno de funcionamento.

Cinco ministros e ministras, incluindo a titular da pasta de Gestão e Inovação no Serviço Público, Esther Dweck, participaram da cerimônia, realizada em 11 de julho.

Naquele mesmo dia, houve a primeira reunião envolvendo as pautas da campanha salarial unificada voltada para a data-base de 2024 - cujas definições vão ocorrer ao longo do segundo semestre deste ano.

Não houve respostas ainda do governo Lula, que prometeu apresentá-las em agosto. Porém, os relatos dos representantes sindicais que participaram - entre eles do Sinasefe - não dão margem a dúvidas: para que haja avanços nas negociações, para que a recomposição salarial se torne realidade, assim como a reestruturação das carreiras, é indispensável que haja participação, mobilização e envolvimento das categorias nessa luta.

Haverá reuniões e fóruns de negociação - inclusive com a reivindicada instalação de mesas setoriais. Sobre isso não há dúvidas. Entretanto, o caminho que os servidores



Arte: Sinasefe Nacional

e servidoras precisam construir a passos largos correm o risco de esbarrar nas regras fiscais que o governo pretende adotar com o novo arcabouço fiscal - regras que estão sendo aprovadas no Congresso Nacional.

Outra vez, o risco de congelamento de salários e carreiras, de cortes orçamentários e de restrições nos concursos é real. Nas recentes assembleias no Colégio Pedro II, foi reafirmada a avaliação de que para enfrentar tais ameaças e pôr em pauta um orçamento social e voltado para a melhoria e valorização dos serviços públicos é indispensável a participação.

A categoria precisa abraçar esta luta - na qual o que de fato está em disputa, no caso da educação, é qual escola teremos e sob que condições de trabalho e direitos. É este o objetivo deste boletim do Sindscope: um convite à luta e à participação.

Principais pontos reivindicados na pauta conjunta

A proposta acordada entre as entidades sindicais nacionais trabalha com a reivindicação de dois percentuais: 39,82%, para as carreiras que tiveram a aplicação do reajuste conquistado na greve de 2015 fixado em quatro parcelas anuais, caso de professoras e professores; e 53,05% para carreiras que receberam em duas parcelas, caso dos técnicos-administrativos das instituições federais de ensino.

Os eixos gerais da campanha são os seguintes:

- 1) a questão salarial – envolvendo a reposição das perdas deste ano de 2023 no ano de 2024 e também das acumuladas de julho de 2010 a junho de 2023;
- 2) a reestruturação das carreiras de cada segmento do funcionalismo;
- 3) a equiparação entre os benefícios dos servidores e servidoras do Poder Executivo com os dos demais Poderes;
- 4) a revogação de medidas dos governos Bolsonaro e Temer que retiraram direitos e atacaram a liberdade de organização sindical.

Pautas internas: organizar a luta e cobrar respostas da Reitoria



Há consenso sobre a necessidade de lutar por mais recursos orçamentários, em níveis adequados para o funcionamento das instituições federais de ensino, concursos públicos, reestruturação das carreiras, revogação do Novo Ensino Médio e da BNCC.

Porém, a assembleia de 6 de julho de 2023 analisou uma série de questões que envolvem a administração interna do CPII - algumas graves e que se constituem na prática em ataques à categoria e à democracia interna do colégio. Definiu posicionamentos políticos para balizar essas lutas e mobilizações por reivindicações cujas respostas, em boa parte, cabem à Reitoria, à administração interna do colégio.

Também alertou para a necessidade de participação para que se cobre coletivamente tais respostas: 'Lembrando sempre que cada recuo nosso, cada passo atrás, cada precedente aberto não significará um ato de boa-fé, e sim mais espaços para novos ataques'. A seguir, posições aprovadas na assembleia e que constam em nota divulgada pelo Sindscope:

Calendário

A falta de diálogo da Reitoria com o conjunto da comunidade escolar, na elaboração do calendário letivo, criou precedente perigoso. Atendendo a um grupo de responsáveis por estudantes, num movimento com injustificável perfil de punição contra quem trabalha e mantém a reconhecida qualidade do CPII, a Reitoria impôs um Calendário para 2023 que fez regra do que era exceção: a exigência da reposição de ponto facultativo, Copa do Mundo e até debates em processos eleitorais para Reitoria e direções-gerais. A assembleia alertou para a necessidade de reagir a essa medida injusta e que se volta contra o próprio processo pedagógico e os estudantes.

Plano de Desenvolvimento Institucional

O Plano de Desenvolvimento Institucional do Colégio Pedro II (PDI) definirá as diretrizes da atuação da instituição nos próximos 4 anos (2024-2028). A sua elaboração deveria, portanto, envolver e ouvir a comunidade escolar. Ao que parece, porém, isso será limitado ao preenchimento de formulários com parâmetros previamente estabelecidos. Observa-se isso no avanço da Educação a Distância (EaD); na falta de debates sobre financiamento institucional e recomposição orçamentária; política de pesquisa, cultura, extensão, artes e esportes; condições de trabalho; combate à terceirização; inclusão efetiva etc. Nada disso consta, ou não consta de modo aprofundado, nas linhas mestras do PDI.

A assembleia aprovou atuar pela inclusão no plano de demandas

históricas: mais recursos e concursos públicos; frear qualquer avanço privatista na instituição; rejeitar o Novo Ensino Médio e BNCC, assim como qualquer ataque ao direito fundamental à educação; retomada de concursos para todos os cargos e funções; ampliar os mecanismos de democratização e coletivização das direções da instituição.

Regulamento de Atividades Docentes

Desde 2022, debate-se a jornada de trabalho docente e sua regulamentação, que culmina na construção de novo Regulamento de Atividades Docentes (RAD). Para que esse processo reflita os anseios e as necessidades de professores e professoras, o Sindscope reafirma princípios já aprovados em períodos anteriores:

✂ Revogação da Portaria 983 do MEC no governo Bolsonaro. Ela majora o mínimo da carga horária de aula em 40% (10h para 14h), obstruindo ainda mais atividades de pesquisa, extensão, artes, esporte e cultura. E mantém a contagem da carga horária docente pela hora-relógio, ferindo histórica conquista. Revogar e suspender os efeitos da Portaria 1337, editada sob o contexto da 983;

✂ Defender condições para que os mandatos classistas e as representações em Conselhos (Consup e CPPD) possam fazer a escuta da comunidade escolar: que representantes sindicais, da associação e destes conselhos tenham, ao menos, a carga horária docente equivalente à coordenação pedagógica de campus;

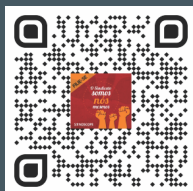
✂ Construir proposta de carga horária sob os princípios da isonomia entre os segmentos, entendendo que equidade não é igualdade absoluta. Reconhecer as particularidades do trabalho docente, sobretudo na educação infantil e anos iniciais. Criação de um Grupo de Trabalho que envolva docentes dos segmentos supracitados para construir uma proposta que garanta condições dignas de trabalho.

✂ Revisão do tempo dos contratos de docentes substitutos e substitutas para um período mínimo de um ano letivo, atendendo, assim, às especificidades pedagógicas, na educação infantil e ensino fundamental.

✂ Que no planejamento institucional, sobretudo no cômputo de docentes-equivalentes (BPEq), haja reconhecimento do NAPNE, com mais concursos para cargos efetivos para o setor, tornando a inclusão eixo central do trabalho educativo.

Isonomia com TAES

Que as técnicas e os técnicos administrativos em Educação gozem das mesmas prerrogativas de docentes no Sindscope, Consup e CISPCTAE na definição da jornada de trabalho. Por uma adequação da jornada para 20 horas, destinando a carga de trabalho restante para o trabalho de representação.



Venha para o Sindscope

21 99478.4250

sindscope.org.br

sindscope@yahoo.com.br